

## POR UMA PRAGMÁTICA DAS REPRESENTAÇÕES

CARLOS VOGT

*“Trata-se do homem — que é, ao mesmo tempo, um agente e um ator — que provoca e representa o seu drama, vivendo as contradições de sua situação até à explosão da sua pessoa ou mesmo à solução dos seus conflitos.”*

*(J.P. Sartre: “Entrevista à Madeleine Chapsal”)*

O objetivo deste artigo é discutir o problema das relações entre linguagem e ideologia, procurando mostrar que o objeto de estudo específico da pragmática é o domínio dessas relações.

O termo ideologia será aqui entendido como designando tanto os sistemas de idéias-representações sociais (ideologias no sentido restrito) como os sistemas de atitudes e comportamentos sociais (os costumes) e não necessariamente como sinônimo de “má consciência” ou “mentira piedosa”, embora possa ocorrer o caso de esta última acepção se aplique ao que vamos apresentar.

É evidente que não pretendo aprofundar-me numa questão, para cujo mergulho me falte, talvez, oxigênio suficiente, mas, apenas, apontar um dos possíveis modos pelo qual o ideológico também está inscrito na linguagem humana, e um dos tratamentos possíveis que a lingüística poderia a ele dispensar, acreditando que ele a constitui tanto quanto as propriedades que permitem à linguagem relacionar-se com o mundo e, assim, descrever uma realidade.

Do ponto de vista semântico, se se adotasse uma terminologia fregeana, poder-se-ia dizer que, assim como o sentido, o pensamento e o significado são, em diferentes níveis, propriedades das línguas naturais, também as representações o são.

Se me permitirem outra heresia, gostaria de sugerir, como mera ilustração didática, que o domínio do ideológico nas línguas naturais

corresponde, *grosso modo*, ao espaço móvel das relações entre o signo, o objeto e seus interpretantes, caso se quisesse adotar a perspectiva *perceiana* de conceber a semiótica.

Como se sabe, o funcionamento dos signos para Peirce (1965, vol. 2, p. 195) dá-se numa relação triádica em que um *signo* ou *representamen* é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido.

A partir do caráter triádico do signo, Peirce (1965, vol. 2, cap. 2, p. 134 e segs.) divide a semiótica em três ramos: o da gramática especulativa, segundo a denominação de Duns Scotus ou da gramática pura, segundo Peirce, cujo objetivo é “determinar o que deve ser verdadeiro a propósito do representamen utilizado por toda inteligência científica para que possa incorporar um significado”; o da lógica propriamente dita, isto é, da “ciência formal das condições de verdade das representações”; e o da *retórica pura*, cujo objetivo é “determinar as leis em obediência às quais, em toda inteligência científica, um signo dá surgimento a outro e, especialmente, um pensamento provoca outro”.

A teoria dos signos em Peirce é tanto mais importante quanto lembrarmos que, contra o intuicionismo de Descartes, o filósofo americano nega a possibilidade de que o pensamento possa interpretar-se a si mesmo e afirma que só em termos de signos ele se efetua. O pensamento é, assim, completamente estruturado numa relação triádica e tem um caráter fundamentalmente relacional.

Esta rápida e imperfeita apresentação da semiótica de Peirce não pretende, de forma alguma, constituir sequer uma paráfrase de sua complexa concepção do signo. Meu objetivo é apontar para o fato de que Peirce, introduzindo como propriedade do pensamento as relações do signo com a cadeia infinita de interpretantes, concebe estas relações como objeto específico de um dos ramos da semiótica, o da *retórica pura*. Este domínio poderia ser ainda caracterizado como o da pragmática, se quiséssemos adotar a perspectiva da teoria linguística concebida por Morris ou, simplesmente, da retórica ou argumentação se preferíssemos as posições de Chaim Perelman e L. Olbrechts Tyteca e, de modo mais particularmente linguístico, as de Ducrot e as que eu próprio tenho assumido para a análise de línguas naturais.

O termo *representações* será, ao longo deste trabalho, utilizado sobretudo numa acepção mais teatral para designar os diferentes papéis distribuídos nessas pequenas cenas dramáticas que são os atos de fala e cujo desempenho cabe aos interlocutores que delas participam através de um mascaramento recíproco que é, ao meu ver, parte constitutiva essencial do jogo argumentativo da linguagem.

I. *Linguagem, ideologia e pragmática: nas trilhas de uma macrossintaxe* Granger (1968, cap. V. p. 111-143), partindo da concepção peirciana do signo estabelece uma distinção entre sentido e significação, reservando o primeiro termo para designar as relações entre signo e objeto, objetivadas na estrutura com que a língua intervém na experiência. O recorte é, neste caso, tanto abstrato quanto transparente e objetivo. Já as significações, como se articulam nas relações entre o signo e seus interpretantes, isto é, entre o objeto de estrutura e o não objetivável da experiência, caracterizam-se por um comportamento amorfo, indefinido, e, no limite, até mesmo imprevisível. Não haveria, neste caso, como estabelecer regras explícitas capazes de prever as significações. Elas constituiriam o residual de toda prática que procura transformar a unidade da experiência em unidade de uma estrutura.

Entretanto, o próprio Granger considera que esta relação entre o objetivável e o residual da experiência não é de forma alguma fixa. Ao contrário, é ela responsável pelo caráter provisório de toda abstração, de qualquer objetivação científica, já que os seus limites dependem dos progressos da prática humana e a tendência é a de ampliar o campo do objetivável ou do estruturável. Evidentemente, ninguém, nem mesmo o mais crente e ortodoxo dos cientistas, acreditará que a realidade ou a experiência permanecem imutáveis e estáticas à espera de uma redução final que a transforme em unidade definitiva de uma definitiva estrutura. Em outras palavras, quanto mais ampla é, qualitativamente, a estrutura-objeto do signo, mais amplo é também o residual da experiência, vasado da redução.

Talvez seja este um dos alcances da afirmação de Peirce (1965, vol. 8, livro 2, pp. 221) quando diz que “a consciência da ação de um novo sentimento, a destruir o sentimento anterior, é aquilo a que denomino experiência. De modo geral, experiência é o que, ao longo da vida, compeliu-me a pensar”.

Do ponto de vista do valor semântico das línguas naturais estou convencido de que não é só o sentido, na acepção acima exposta, ou o significado, como o entende Frege (referência e valor de verdade), que constitui sua propriedade fundamental. As significações, embora a título diferente, também o são e o seu estudo é que poderá trazer à luz o intrincado problema das relações entre linguagem e ideologia.

Veja-se, a este respeito, a observação de Granger (1968, p. 121) quando diz que se pode conceber a relação da infra-estrutura para as superestruturas como a relação do “objeto-estrutura” para os interpretantes.

O problema é que esta analogia, no que diz respeito à linguística, costuma ser sempre interpretada num sentido único, determinista e, por que não dizer, mecanicista.

Espera-se, tem-se esperado e continua-se esperando que a objetivação do sentido numa estrutura abstrata de regras ou relações sistemáticas, possa de fato explicar a essência da linguagem e estabelecer, assim, as regras do comportamento lingüístico, sem obviamente perder de vista os "erros", os "desvios", "as contravenções", podendo eles mesmos ser explicados, já que toda regra contém canonicamente a possibilidade de sua transgressão. "Performance" e "parole" são, neste sentido, sinônimos de significação.

A concepção da pragmática tal como aparece em Charles Morris (1938 e 1946) segue mais ou menos este caminho, já que o componente pragmático de sua teoria lingüística ou semiótica é, dos três componentes (os outros dois são o sintático e o semântico) o mais exterior à linguagem, devendo ser metodologicamente aplicado a análise de um enunciado apenas depois que as informações sintáticas e semânticas foram fornecidas.

Entendendo-a como o estudo da dimensão pragmática da *semiôsis*, ou seja, o estudo da relação dos signos com o contexto de uso, deveremos considerar que o emprego de uma frase é um fenômeno interindividual, um acontecimento na história das relações entre vários indivíduos. É a situação em que o falante se encontra, diante das pessoas presentes (ouvintes e destinatários), que o leva a empregar tal frase ou o autoriza a fazê-lo. Além disso, o fato de empregar esta frase decorre da intenção de produzir certo efeito naqueles com quem ou para quem ele fala.

Cabe perguntar, no entanto, se a pertinência da situação, do contexto de uso, da enunciação, enfim, para um tratamento adequado das línguas naturais é suficiente para caracterizar um domínio autônomo da teoria lingüística. É óbvio que metodologicamente isto sempre pode ocorrer e ter conseqüências interessantes para o estudo do fenômeno da significação lingüística. Aliás, parece ter sido este o sentido da evolução da semiótica de Morris que na obra de 1946 – *Signs; Language and Behavior* – deixa de considerar, talvez sob a influência do pragmatismo de Peirce, a distinção entre semântica e pragmática como correspondendo a dimensões objetivas da *semiôsis*, para considerá-las apenas como "dois pontos de vista", diferenciados por características metodológicas próprias.

Em outras palavras, o que pretendo dizer é que não basta falar em enunciação, situação, contexto de uso para que se tenha automaticamente uma dimensão da linguagem humana jamais tangida pela semântica. Digo isto pensando, por exemplo, na apresentação feita por Todorov (1970) ao número 17 da revista *Langages*, todo ele consagrado à enunciação, na qual o autor divide a lingüística em dois grandes momentos a que chama respectivamente lingüística do enunciado e lingüística da enunciação. Puro jogo de palavras, simples prestidigitação.

Leve-se em conta, por exemplo, a teoria da restrição que se desenvolve na Idade Média, relacionada com o problema da suposição e da referência,

por lógicos como Pedro da Espanha ou Occam e ter-se-a uma medida de como e de quanto os problemas de enunciação estiveram em suas reflexões sobre a linguagem.

Segundo estes autores, são fontes fundamentais da restrição tanto a aposição de um adjetivo, com função de adjunto, ao substantivo ("homem branco") como o tempo verbal. Neste último caso, particularmente, em virtude da dessimetria do sujeito e do predicado, sob a influência do tempo verbal, há para o sujeito sempre duas possibilidades: ou o nome supõe para os seres (refere-se aos seres) aos quais se aplica no momento do tempo designado pelo verbo, ou supõe para os seres aos quais se aplica no momento da enunciação, isto é, para os seres presentes. Com o verbo no presente estas possibilidades se confundem, havendo ambigüidade nos outros casos. Assim, quando digo: *No ano passado, meu carro era azul* tanto posso estar descrevendo carro antigo, como o estado passado de meu carro atual. Da mesma forma, ambigüidades espaciais poderiam ser analogamente registradas. Quando digo, por exemplo: *Os sapatos brasileiros são pouco apreciados nos U.S.A.* tanto posso estar referindo-me aos sapatos brasileiros atualmente em serviço nos USA (admitindo-se que existam sapatos brasileiros por lá), como aos sapatos brasileiros em geral (cf. Ducrot, 1976).

Por outro lado, para citar apenas mais um exemplo, este mais imediatamente próximo das teorias semânticas modernas, os próprios atos de linguagem de que fala Searle (1969) no seu conhecido *Speech Acts* poderiam ser, no limite, tratados dentro de uma perspectiva de análise semântica propriamente dita. Penso, neste caso, no famoso artigo de Frege (1892, p. 15), *Sentido e Significado*, e, particularmente, na sua observação sobre o problema do significado indireto das palavras ou das proposições. Cito como ilustração a seguinte passagem do artigo:

*"As proposições subordinadas com que após "ordenar", "pedir" "proibir", apareceriam em discurso direto como imperativas. Tais proposições não têm significado, mas apenas sentido. Uma ordem, um pedido, não são de fato pensamentos, mas estão no mesmo nível dos pensamentos. Por isso as palavras em proposições subordinadas a "ordenar", "pedir" etc., têm seu significado indireto. O significado de tal proposição não é portanto um valor de verdade, mas uma ordem, um pedido, e assim por diante.*

Creio ser este também o sentido das observações de Ducrot e Anscombre (1976), quando a propósito da distinção entre semântica e pragmática procuram mostrar a ambigüidade da definição da pragmática, quando apresentada por Morris como o estudo das relações entre o signo e seus "interpretes". O problema, como dizem eles, é que esta definição, quando se trata de uma língua natural, ocupa também o domínio da semântica, já que seria absurdo falar do referente de uma palavra ou das

condições de verdade de uma frase sem fazer intervir os interlocutores e até mesmo toda a situação de discurso. Seria impossível, por exemplo, atribuir um valor de verdade qualquer a frases como: *Eu estou cansado*; *Você está triste*; ou *O dia está bonito*, sem recorrer à situação em que elas ocorrem.

Para que a distinção semântica pragmática tenha algum sentido é preciso, então, dar a esta uma interpretação mais restrita (o risco seria ter uma semântica que englobasse tudo ou uma pragmática que fizesse o mesmo).

É em sentido restrito de pragmática que caberia a observação de Benveniste (1966, p. 252) de que o estudo dos pronomes diz respeito ao que "Morris chama pragmática". Não fosse assim, esta observação seria totalmente banal porque significaria apenas (coisa que todo mundo sabe) que *eu* e *tu* remetem às personagens do diálogo. Ora, o que Benveniste pretende dizer é que os pronomes pessoais não são apenas um meio econômico para referir a certos objetos da realidade — aproveitando do fato de que eles se encontram, em certos momentos, implicando situações de discurso. O que, além disso, os caracteriza é o fato de poderem designar os seres *enquanto* personagens do diálogo, no seu papel de *destinador* e de *destinatário*, isto é, nesta atividade pragmática que constitui a enunciação.

Deste modo, num sentido restrito, a pragmática deverá ser entendida como o estudo da atividade interindividual realizada no diálogo, e este, por sua vez, como uma unidade fundamental da significação nas línguas naturais. Deste ponto de vista, ainda, a estrutura da significação em língua natural seria entendida como o conjunto de relações que se instituem na atividade da língua entre os indivíduos que a utilizam.

A que perguntas deveria, então, responder um estudo pragmático em língua natural?

A questões do tipo: Este enunciado é apropriado a esta situação? Não seria fora de propósito? Que atos de linguagem ele permite realizar (asserção, interrogação, pedido, ordem, promessa . . . etc.)? Que reação ele exige do destinatário? Uma resposta, como nas perguntas? Uma ação, como nas ordens? Quais as intenções do falante ao produzir este enunciado? etc.

Aceitar a pertinência teórica destas questões é evidentemente entender a língua como atividade. Não apenas no sentido em que esta atividade se manifesta pelo uso que os indivíduos fazem da língua (o que corresponderia de certo modo a noção da *fala* saussuriana) mas como atividade que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua.

Que as línguas naturais tenham valor de conhecimento é indiscutível. Mas que além disso tenham valor de ação, parece-me também inegável. Ação que deve ser entendida como ação social que une, separa, influi,

persuade, modifica e fundamenta comportamentos para os indivíduos de uma mesma comunidade. É deste aspecto que a alteridade do signo lingüístico se manifesta inteiramente.

Fenômenos como o da pressuposição, quando entendida em sua função discursiva e não apenas como condição de emprego lógico de um enunciado, certos morfemas como *mas, mesmo*, estruturas lingüísticas como a comparação estão aí no cotidiano da linguagem a caracterizá-la não apenas pelo seu valor de uso, mas também pelo seu valor de troca (cf. Vogt, 1977).

Mesmo no caso de outras formas de implícito como as alusões e os subentendidos em geral é preciso considerar que também fazem parte da significação lingüística e que o semanticista deve buscar explicá-los antes do que rejeitá-los para o arquivo morto de uma inteligente categoria metodológica qualquer. As línguas naturais são, por excelência, o domínio do implícito e a oposição entre explícito e implícito não se dá, na verdade, como oposição entre dois níveis interpretativos interiores a uma língua natural, mas pela comparação desta língua com uma linguagem mítica, ou artificial, em que todos os valores semânticos estariam dispostos de modo a evitar qualquer superposição de significações e onde entre o dizer e o não-dizer não há nenhum intervalo significativo, nenhuma possibilidade de significações intermediárias.

Sabemos que cada enunciação pode ter uma multiplicidade de significações e que as intenções do falante, ao produzir um enunciado, podem ter variações de tal ordem que tornem quase uma caricatura a pretensão de atribuir-lhes uma única e verdadeira interpretação.

O conceito de intenção, fundamental para uma teoria dos atos de linguagem, isto é, para uma concepção da língua como atividade convencional não devem, entretanto, no quadro de minha argumentação, ser entendido como um conceito psicológico, mas como um conceito hermenêutico ou semântico. A hipótese que aqui se levanta é a de que toda a atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções de comunicação. Compreender uma enunciação é, neste sentido, apreender estas intenções. Uma hipótese deste tipo não deve ser entendida como postulando a verdade dessa suposição, mas tão-somente o seu papel efetivo na descodificação das enunciações. Como observa Ducrot (1978, p. 3),<sup>4</sup> não se tem de procurar o que vale esta suposição, mas tentar-se definir mecanismos que permitam ler as intenções por trás das palavras. E se assim formos levados a prever para um mesmo enunciado uma pluralidade de interpretações, isto não mostraria, de forma alguma, que a descrição lingüística seria errada ou insuficiente. Ao contrário, dado que esta multiplicidade é um fenômeno de observação corrente, o inverso sim seria inquietante, isto é, a descoberta de uma interpretação que fosse incontestável e definitiva”.

Se insistirmos somente no valor de uso do signo lingüístico não será difícil perceber que a pragmática terá a dizer apenas ou tudo aquilo que a semântica, em sentido estrito, pode também representar. Recorrer à situação para explicar o valor semântico de um enunciado pode, em muitos casos, ser um critério inútil quando o próprio uso do enunciado constituir, ele mesmo, uma situação a ser explicada.

O problema é que a lingüística parece proceder por acúmulo de conhecimentos e apostas apenas no progresso que lhe permitirá aos poucos ir ampliando o campo do objetivável. Espera-se que os fenômenos que ontem eram residuais possam hoje, e amanhã mais ainda, ser trazidos para a rede de relações abstratas que constituem o objeto da ciência. Ótimo se assim puder ser. Mas por que não partir também do outro lado e pensar que pode haver determinações que, embora vindo na contra-mão da ciência, possam produzir resultados interessantes para uma compreensão mais ampla do fenômeno da linguagem humana?

Se retomarmos agora a oposição estrutura-objeto/significação ou sentido/significações proposta por Granger, e aceitarmos ainda a sua extensão para a distinção infra-estrutura/superestrutura, tal como ele próprio sugere, e se, por outro lado entendermos, sem nenhuma alusão às posições de Granger quanto a este ponto particular, que se deve esperar que os fenômenos de significação ou de superestrutura sejam primeiro absorvidos pela transparência da estrutura ou pela natureza determinante da infra-estrutura para que possam, então, ser legitimamente estudados, é evidente que não importarão mais como fenômenos específicos de significação ou de ideologia, porque simplesmente já terão deixado de sê-lo.

Pessoalmente, não me sinto assim tão confiante no progresso, nem mesmo no da ciência.

No estudo da significação lingüística talvez fosse mais interessante partir, ao mesmo tempo, dos dois termos contrários e apontar para um possível ponto teórico de sua interação. Só neste caso a distinção entre semântica e pragmática seria, a meu ver, plenamente justificável.

Parece-me indiscutível que o específico das línguas naturais seja o sintático, embora a especificidade da linguagem humana não seja dada inteiramente por ele (no caso de pensar a sintaxe tendo a frase como limite superior de seu domínio). Entretanto, não se trata aqui de nenhuma especificidade imanente, transcendente, metafísica, ou o que o valha, mas de uma especificidade relativa.

Ora, para que se apreenda, então, esta especificidade é preciso que se levem em conta outros sistemas de representações sociais, com os quais a linguagem tem relações bastante particulares. Para tanto, é preciso que se desenvolvam, no estágio atual de conhecimento lingüístico, pesquisas pragmáticas que deverão ter como objeto de estudo estas imbricações de diferentes sistemas de representação. Num estágio posterior talvez se



possam pensar as formas de interação, de determinação recíproca destes domínios de representação simbólica e chegar-se, assim, àquilo que concebo como uma espécie de macrossintaxe das línguas naturais. Este seria o ponto teórico de interação, a que antes me referi. Ele deveria, então, ser concebido como região teórica de convergência da unidade de estrutura e da unidade de experiência ou como o intervalo semântico, a região das significações intermediárias entre o dizer e o não dizer, local de explicitações não só dos processos de reprodução das significações, mas também de sua produção.

Neste ponto é que as relações efetivas do lingüístico com o social, isto é, com outros sistemas sociais de representação, ganhariam importância, e a pergunta fundamental que a pragmática, neste caso, deveria fazer-se é como a língua se representa estes outros sistemas de representação. Notar que não se trata de uma indagação apenas sobre os conteúdos destas representações, mas antes sobre a sua forma. Daí justificar-se a denominação de macrossintaxe para um estudo que incorporasse, na sua elaboração teórica, também estes dados. Semântica Argumentativa é outro nome que se poderia dar, como eu o fiz (Vogt, 1977) a esta maneira de conceber o estudo da linguagem.

A distância entre a linguagem e o mundo é dada pela própria natureza dos signos. Eles fazem as vezes de, estão sempre porque algo falta. É esta falta do mundo que estabelece entre o indivíduo e a linguagem um jogo de cumplicidades, no qual a representação do mundo passa sempre, de alguma forma, pela representação ideológica do outro. Neste sentido, parece legítimo falar de uma ideologia interna à própria linguagem. O seu estudo é, no que me diz respeito, objeto da pragmática.

Se se quiser, no entanto, uma definição mais clara do que entendo por pragmática, diria o seguinte.

Admitamos com Benveniste (1966, p. 225-250) a existência de dois níveis distintos de enunciação na linguagem: o nível do discurso e o nível da história.

Sabemos que estes níveis de enunciação dizem respeito à integração, ou melhor dizendo, ao modo de integração do sujeito da enunciação no enunciado. Ter-se-ia, no caso da *história*, a apresentação de fatos ocorridos em dado momento, sem a intervenção do narrador no "récit" (narrativa); o *discurso*; ao contrário, seria qualquer enunciação que, suponho um destinador e um destinatário, supõe ainda uma intenção, por parte do primeiro, de influenciar, de algum modo, o segundo. Cada língua possuiria, assim, certo número de elementos destinados a caracterizar o ato e o sujeito da enunciação, efetuando a conversão da linguagem em discurso, enquanto outros elementos seriam destinados a apresentar fatos ocorridos, a descrever situações e estados de coisas, convertendo a linguagem em história.

Pois bem, embora sabendo que esta distinção dificilmente se manifesta em estado de pureza, o que não faz a menor diferença, e até pelo

contrário, eu diria que a semântica, se quisermos insistir na distinção semântica e pragmática, estudaria a conversão da linguagem em história e que o discurso, isto é, os mecanismos de conversão da linguagem em discurso, seria o domínio privilegiado da pragmática.

## II. *As representações discursivas: os papéis complementares da subjetividade.*

A distinção entre *história* e *discurso* proposta por Benveniste acarreta os mesmos problemas que toda categorização da realidade, no caso a linguagem, apresenta. Que ela tenha justificativas operacionais e didáticas é indiscutível. O próprio artigo de Benveniste, nas análises de textos que realiza, já é uma prova disto e as diversas utilizações que se fizeram destas duas categorias da linguagem também o são. Este é o caso, por exemplo, do artigo de G. Genette (1966), que, sobre as categorias *destinador/destinatário* com que trabalha Benveniste, propõe uma distinção análoga para o texto de ficção entre *narrador e narratário*.

Não vou discutir aqui em detalhes nem o texto de Benveniste nem o de Genette. Gostaria, no entanto, de reter uma observação deste último no que diz respeito à oposição *discurso/história*. Diz ele que o discurso pode conter elementos, marcadores próprios da história sem que por isso deixe de ser discurso, enquanto a história, no momento em que um marcador de subjetividade interfere na seqüência verbal da narrativa, transforma-se em discurso. Há, portanto, um comportamento assimétrico das duas categorias, uma, a do discurso, pode conter a outra, sem perder a sua identidade, mas não o inverso. Em outras palavras, as operações que convertem a linguagem em discurso são inclusivas em relação às operações que a convertem em história, mas não o contrário.

Bastaria assim que numa narrativa impessoal, marcada pela objetividade com que os eventos são relatados (3ª pessoa, aoristo etc.) houvesse uma pequena erosão para que as raízes de sua subjetividade se pusessem à mostra.

A razão desta dessimetria é apontada por Genette (p. 166):

*“... en vérité, le discours n'a aucune pureté à préserver, car il est le mode “naturel” du langage, le plus large et le plus universel, accueillant par définition à toutes les formes; le récit au contraire, est un mode particulier, défini par un certain nombre d'exclusions et de conditions restrictives (refus du présent, de la première personne, etc.). Le discours peut “raconter” sans cesser d'être discours, le récit ne peut “discourir” sans sortir de lui-même. Mais il ne peut pas non plus s'en abstenir sans tomber dans la sécheresse et l'indigence: c'est pourquoi le récit n'existe pour ainsi dire nulle part dans sa forme rigoureuse. La moindre observations générale, le moindre adjectif un peu plus que*

*descriptif, la plus discrète comparaison, le plus modeste "peut-être", la plus inoffensive des articulations logiques introduisent dans sa trame un type de parole qui lui est étranger, et comme réfractaire".*

Talvez se pudesse pensar, no limite, o *logos*, ou o que é dito (para retomar a distinção feita por Platão) como um caso, uma das representações possíveis do modo de dizer ou *lexis*. Deste modo, explicar-se-ia o acúmulo de restrições necessárias para constituir a história e poder-se-ia mais facilmente entender o precário equilíbrio da pureza desta construção, constantemente ameaçada pela sua própria origem, que é o discurso (entendendo-se discurso e história como categorias análogas às de Platão).

O problema todo parece girar em torno das relações entre o indivíduo que dirige a palavra e aquele a quem ele se dirige, dirigindo-o. Em outras palavras, o que está em jogo é a própria noção de *sentido lingüístico*. Se insistimos em entendê-lo apenas como a relação entre a forma lógica de dado enunciado e a estrutura dos fatos que descreve ou a que se refere, estaremos privilegiando a função referencial, cognitiva ou denotativa da linguagem humana. Neste caso, o sentido lingüístico poderia ser concebido como objeto pleno da semântica e todo enunciado acabaria, por força da opção teórica, devendo ser analisado como *história*. Diríamos a mesma coisa se disséssemos que o sentido, ou a significação, de um enunciado é dada por suas condições de verdade. Mas se admitirmos que o sentido de um enunciado se constitui também pelas relações interpessoais que estabelece no momento mesmo de sua enunciação, pela estrutura do jogo de representações em que entram o falante e o ouvinte, quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas, então a noção de sentido lingüístico deverá ser encarada não só como identidade ou diferença entre a estrutura do fato e a estrutura do enunciado utilizado para descrevê-lo (verdade ou falsidade), mas também, principalmente, como a direção, as conclusões, o futuro discursivo, enfim, para onde esse enunciado aponta. Como diz Ducrot ("Prefácio" a Vogt, 1977, p. 16), *"a significação do enunciado residiria, então, menos no que ele diz do que na orientação que dá à seqüência do discurso. Descrever um enunciado seria, antes de qualquer outra coisa, descrever aonde ele conduz. Absurdo? Mas descrever uma estrada é, na verdade, descrever para onde ela vai. Por que um enunciado não se assemelharia, neste ponto, a uma estrada (ou a uma encruzilhada, se se quiser considerar as ambigüidades possíveis, que abrem, a partir do mesmo enunciado várias orientações diferentes, mas não quaisquer orientações)? Esta aproximação não é aliás sugerida pela própria palavra sentido, que designa simultaneamente a significação e a direção?"*

Dou um exemplo para ilustrar o que acaba de ser dito.<sup>1</sup>

1. Retomo aqui, em linhas gerais, a análise que já desenvolvi com mais detalhes em Vogt (1977, p. 37 e segs.).

Suponhamos dois interlocutores (*L* e *D*) que discutissem as qualidades de dois amigos comuns (Pedro e João) e as suas possibilidades de serem aprovados, por exemplo, no vestibular e que *L* dissesse:

*Pedro é mais inteligente do que João.*

Não creio que haja dúvidas quanto ao fato de que este enunciado, dito na situação de discurso acima descrita, visa conduzir *D* à conclusão de que Pedro tem mais chances de sucessos nos exames do que João. Isto é, que o seu valor argumentativo está determinado por um outro enunciado, do tipo.

*Pedro passará no vestibular.*

Mas não é tudo. O mesmo enunciado que se destina a considerar favoravelmente as chances de Pedro no vestibular, quando ele é o tema da conversação, permite também, no caso em que João seja tomado como tema, argumentar inversamente no sentido de uma conclusão do tipo: *João não passará no vestibular.*

Deste modo, o sentido do enunciado comparativo, *Pedro é mais inteligente do que João*, não deve ser entendido apenas como adequação ou não à situação que ele se propõe descrever — alternativa que delimita o horizonte de sua significação determinando-a necessariamente em termos de verdade ou falsidade. Ao contrário, para que este enunciado seja produzido, não se requer nenhuma identificação positiva prévia da inteligência de Pedro e da inteligência de João. O falante não precisa, de forma alguma, ter antes aplicado à cabeça dos dois personagens em questão qualquer espécie de bafômetro de inteligência para, obtidas grandezas positivas, poder, então, afirmar a superioridade de um em relação ao outro. Pode ocorrer o caso, mas o emprego do enunciado comparativo não é restrito a ele. Na verdade, de modo geral, a comparação não é o resultado, o fim, a consequência de uma caracterização individual dos termos comparados que, postos um diante do outro, permitiria dizer: *A mais que B* ou *A menos que B* etc. Ao contrário, é na e pela comparação que esta caracterização se dá. Assim, o próprio enunciado comparativo é um meio, um instrumento cujo fim é a caracterização relativa dos termos comparados: Pedro não é inteligente senão por referência à inteligência de João e, simultaneamente, a inteligência deste não pode ser apreciada sem ter como ponto de partida a do primeiro. Evidentemente, a primeira forma de comparação, aquela que pressuporia uma caracterização individual prévia dos termos seria menos aberta para a discussão, a polêmica e o conflito, e portanto mais honesta e estimável. “Certamente, como observa Ducrot (“Prefácio”, a Vogt, 1977, p. 15). *é a única que deveria ser permitida na Cidade de Deus. Mas o mundo que se exprime através da língua não é a Cidade de Deus, e o lingüista não é Santo Agostinho.*”

Voltemos ao comparativo de superioridade e à questão do sentido do

enunciado *Pedro é mais inteligente do que João*. À medida que este aponta para duas direções opostas, dizemos que este enunciado se caracteriza por um duplo movimento argumentativo: o que vai no sentido de *Pedro passará no vestibular* e o que está orientado para *João não passará no vestibular*. Deste modo, utilizando a metáfora de Ducrot pode-se dizer que o sentido da comparação é uma encruzilhada. Uma encruzilhada, cujas alternativas de rota, no entanto, são dadas pela própria língua. São estas determinações de possibilidades discursivas, as que se abrem e as que se fecham a partir de dado enunciado, que constituem o objeto propriamente dito da semântica argumentativa ou de uma macrossintaxe das línguas naturais.

Para que se mostre que a orientação argumentativa, isto é, que a possibilidade discursiva de encadeamento de um enunciado com outros enunciados pode ser múltipla, sem que por isso seja aleatória, considerem-se estas duas alternativas de continuidade para o enunciado que nos serve de exemplo:

*\* Pedro é mais inteligente do que João: Pedro não passará nos exames.*

*\* Pedro é mais inteligente do que João: João passará nos exames.*

No contexto ideológico em que o falante considera a inteligência como um argumento de sucesso nos exames e onde o próprio sucesso é, conseqüentemente, apreciado como uma espécie de legitimação da inteligência do personagem que constitui o tema do discurso, os encadeamentos acima são, no mínimo, estranhos.<sup>2</sup>

Mas dizer estranhos, não é dizer anormais, de ocorrência impossível, agramaticais ou o que valha; nada de absoluto aqui também. Bastaria mudar a situação de discurso e considerar que quem fala tem a intenção de mostrar, por exemplo, que a inteligência das pessoas é incompatível com os mecanismos de seleção da carreira universitária. Neste caso as seqüências acima passariam sem problemas e a estranheza recairia sobre os encadeamentos de enunciados que antes seriam vistos como coerentes:

*\* Pedro é mais inteligente do que João: Pedro passará nos exames.*

*\* Pedro é mais inteligente do que João: João não passará nos exames.*

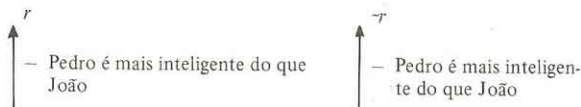
Poder-se-ia objetar agora que, se todas as seqüências aqui apresentadas são possíveis ou impossíveis não vale a pena o esforço para mostrar qual o sentido do enunciado comparativo, já que qualquer direção discursiva pode realizá-lo. Mas não é bem assim. Nos quatro casos apresentados

---

2. Marquei essa "estranheza" com asteriscos postos antes dos enunciados sem pretender, contudo, utilizar este sinal como índice de agramaticalidade, no sentido em que o emprega, por exemplo, a gramática transformacional.

permanece o fato de que o comparativo de superioridade argumenta sempre em favor do termo comparado e, inversamente, desfavorece o termo comparante. É o que se dá, como se pode verificar nos exemplos utilizados, quer o falante considere positivamente o teste dos vestibulares quer o considere negativamente. Em segundo lugar, e quase que como consequência do que se acabou de dizer, se os quatro encadeamentos são possíveis, eles não o são, entretanto, ao mesmo tempo. Constituem pares nos quais um é sempre o contrário do outro e onde, dado um par como aceitável o outro fica necessariamente excluído, como estranho.

Chamemos  $r$  o enunciado que dá seqüência ao enunciado comparativo, quando o termo comparado é o tema do discurso, e chamemos  $-r$  o enunciado que faz a mesma coisa, quando o tema é o termo comparante. Uma forma de representar esta "encruzilhada" que o comparativo de superioridade carrega como virtualidade de significação seria:



(*Pedro* é o tema no primeiro esquema e *João* é o tema no segundo;  $r$  e  $-r$  representam as conclusões que determinam o valor argumentativo do enunciado, ou seja, o seu sentido; se  $r$  for *Pedro passará nos exames*,  $-r$  será *João não passará nos exames* e se  $r$  for *Pedro não passará nos exames*,  $-r$  será *João passará nos exames*).

Uma outra maneira de mostrar que existe esta dupla orientação argumentativa no enunciado comparativo de superioridade<sup>3</sup> seria aquela que consistiria em procurar estabelecer que outros enunciados poderiam entrar no paradigma de  $r$  e quais os que entrariam no de  $-r$ <sup>4</sup>. Creio que não seria difícil admitir que no primeiro caso teríamos enunciados como:

- *Pedro é muito mais inteligente do que João.*
- *Pedro é inteligente.*
- *Pedro é muito inteligente etc.*

E no segundo caso:

- *Pedro é muito mais inteligente do que João.*
- *João é pouco inteligente.*
- *João não é inteligente etc.*

3. O mesmo pode ser dito das outras formas de comparativo. Ver Vogt (1977).

4. A noção de paradigma argumentativo corresponde *grosso modo* à noção de valor argumentativo e de escala argumentativa, tal como aparecem definidos em Ducrot (1973, p. 227 e segs). Dado um enunciado  $p$  cujo valor argumentativo é determinado por uma certa conclusão  $r$ , isto é, numa escala argumentativa determinada por  $r$ , os demais enunciados,  $p'$ ,  $p''$  etc., que entrarem na mesma escala, constituirão juntamente com  $p$  o paradigma argumentativo de  $r$ .

Em outras palavras, de um lado, a comparação vai no sentido da afirmação da inteligência de Pedro e, de outro, no sentido da negação da inteligência de João. Poder-se-ia também dizer que a comparação pertence ao mesmo tempo à categoria da afirmação e à categoria da restrição: no primeiro caso ela se apresenta como objeto de uma restrição; no segundo a restrição é que constitui o objeto da afirmação. Afirmo a inteligência de Pedro restringindo-a à comparação com a de João; restrinjo a inteligência de João, comparando-a com a de Pedro.<sup>5</sup>

Deste modo, a noção de sentido de um enunciado deverá ser entendida, por um lado, como função das combinações possíveis deste enunciado com outros enunciados da língua, isto é, como função da sua orientação argumentativa ou, em outras palavras, como função do futuro discursivo que ele abre no momento mesmo em que é dito. Por outro lado, o sentido de um enunciado será ainda, como acabo de exemplificar, função das relações que este enunciado estabelece com outros enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo. Relações sintagmáticas de um lado, relações paradigmáticas, de outro. Aqui é que se pode falar de um estruturalismo da fala ou do discurso. Aqui ganha corpo a proposta de um estudo macrossintático ou semântico-argumentativo da língua.

Creio não ser sem conseqüências para o estudo da linguagem humana esta maneira de conceber o papel da semântica na sua descrição.

Considerem-se, por exemplo, os enunciados que venho utilizando e a possibilidade de substituir em cada um deles, depois dos dois pontos, o nome por um pronome anafórico:

*Pedro é mais inteligente do que João: ele passará nos exames.*

*Pedro é mais inteligente do que João: ele não passara nos exames.*

Se o que foi dito anteriormente é correto, há aqui um problema complicado de co-referência, pois em cada um dos casos o pronome *ele* poderá estar substituindo tanto *Pedro* quanto *João*. É evidente que as condições da anáfora não estão, de forma alguma, restritas a fatores sintáticos ou semânticos, num sentido tradicional, presentes nestes enunciados. Os fatores que atuam aqui são de outra ordem. A condição, em cada caso, para que *ele* retome Pedro e que o sentido geral do

5. Para um desenvolvimento detalhado das categorias da afirmação e da restrição, ver Ducrot (1977, p. 202 e segs.), se se quiser ter uma idéia das amplas possibilidades de aplicação destas duas categorias — para citar um caso extremo —, veja-se a composição da figura do conselheiro Aires que faz Machado de Assis em *Esau e Jacob* e no *Memorial de Aires* e ainda o belíssimo Ensaio de Alfredo Bosi — “Uma Figura Machadiana” (1978) em que, por caminhos totalmente diferentes e que provavelmente se desconhecem, o autor capta no personagem estes dois movimentos contrários e simultâneos próprios de sua constituição.

enunciado acompanhe um dos movimentos argumentativos determinados na comparação de superioridade, aquele que constitui necessariamente uma valorização do termo comparado. Assim, quer o enunciado que segue o comparativo seja positivo quer seja negativo, o importante é que ele faça parte, no encadeamento, do elogio que o falante tem a intenção de fazer a Pedro. No caso particular do encadeamento negativo, no qual *ele* é co-referente de *Pedro* ou do encadeamento positivo onde *ele* é co-referente de *João* ter-se-á necessariamente, como condição de uso destes enunciados, a apreciação negativa que o falante faz dos exames vestibulares. Nos outros dois casos, aquele em que o pronome retoma *Pedro* no enunciado positivo e aquele em que retoma *João* no enunciado negativo será o contrário, isto é, o falante deverá representar os exames deste tipo com bastante importância. Na verdade, essas intenções do falante, estas condições ideológicas ou pragmáticas de emprego destes enunciados não são dadas como algo alheio e distante da língua. É o próprio comparativo que, na dualidade do movimento argumentativo que o caracteriza, as determina como alternativas formais de comportamento lingüístico. A questão não é, portanto, identificar positivamente este ou aquele aspecto da ideologia do falante, mas tentar dispor de um quadro das alternativas formais de comportamentos e representações que, presentes na língua como virtualidades, obrigam o indivíduo a assumir substantivamente, nas situações de uso efetivo da linguagem, os papéis que ela prescreve, ainda que seja como simples artifício dramático. Mas nem por ser artifício ou máscara este jogo de representações é menos constitutivo da linguagem que qualquer essência positiva e una que se queira a ela atribuir.

Veja-se, por exemplo, o caso clássico dos discursos direto, indireto e indireto livre. Se reduzimos a diferenças de caráter meramente morfológico e sintático, dificilmente se apreenderá a especificidade de cada um. O interessante é notar que nessas três formas de discurso, sob o disfarce de uma só narrativa, esconde-se sempre uma tensão dialógica. Esta, manifestando-se de forma diferente em cada um dos casos, ativa, numa mesma e única enunciação, os mecanismos de alteridade responsáveis, no confronto *eu/outro*, pelo dinamismo dialético das significações que neles se articulam.

O que se passa é que o discurso do narrador isto é, o discurso que refere (o discurso do *eu* da enunciação) e o discurso do personagem, isto é, o discurso referido (o discurso do *outro*) estão de tal modo interligados num processo peculiar de interação verbal, que a significação do enunciado global só pode ser inteiramente apreendida se passarmos antes pelo crivo do diálogo aí latente. E isso se dá porque, se é preciso admitir que tanto o discurso do narrador como o discurso do personagem estão orientados para os objetos a que referem, é preciso também admitir que,



por sua vez, *um* é objeto de orientação do *outro*.<sup>6</sup> Assim, o modo de produção da significação desses tipos de discurso deve passar pela dialética das relações que entre si estabelecem narrador e personagem no jogo de apropriações, mais ou menos explícito, da fala de um pela fala do outro.

Observe-se, a título de exemplo, esta passagem do romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis (1962, p. 1015-1016) em que o Conselheiro Aires é instado, pelo conservador Batista, ex-Presidente de província e aspirante, com a subida dos liberais, a uma nova Presidência, a entrar em seu gabinete e a ouvir-lhe confidências políticas. Note-se que o trecho passa, num movimento admirável, da fala do narrador ao discurso direto dos dois personagens e dobra-se à fusão dos três discursos na forma do estilo indireto livre (“Aires escondia...” até “... que lhe parecia ao conselheiro?”), para retomar novamente o estilo direto:

*“Batista não perdeu um instante, correu imediato ao assunto, com medo de o ver pegar em outro livro.*

*“— Confesso-lhe que tenho o temperamento conservador.*

*“— Também eu guardo presentes antigos.*

*“— Não é isso: refiro-me ao temperamento político. Verdaderamente há opiniões e temperamentos. Um homem pode muito bem ter o temperamento oposto às suas idéias. As minhas idéias, se as cotejarmos com os programas políticos do mundo, são antes liberais e algumas libérrimas. O sufrágio universal, por exemplo, é para mim a pedra angular de um bom regímen representativo. Ao contrário, os liberais pediram e fizeram o voto consitário. Hoje estou mais adiantado que eles, aceito o que está, por ora, mas antes do fim do século é preciso rever alguns artigos da Constituição, dois ou três.*

*“Aires escondia o espanto... Convidado assim àquela hora... Uma profissão de fé política... Batista insistia na distinção do temperamento e das idéias. Alguns amigos velhos, que conheciam esta dualidade mental e moral, é que teimavam em querer que ele aceitasse uma presidência; ele não queria. Francamente, que lhe parecia ao conselheiro?*

*“— Francamente, acho que não tem razão.*

*“— Que não tenho razão em quê?*

*“— Em recusar.”*

O problema, neste caso, é saber quem comanda o discurso de quem e como os fatos aí referidos passam pela mediação do intercurso de vozes que compõem o tecido das representações e dos pontos de vista que informam o leitor sobre os acontecimentos que estão sendo narrados. A própria relação autor/leitor talvez seja, ela mesma, mediada por este conjunto de representações. De cada texto seria, então, possível, a partir dos enunciados que o integram, reconstituir a figura de leitor que o autor se representa, e no mesmo movimento, mas em sentido inverso, a

6. Para uma discussão original e inteligente dessas diferentes formas do discurso, ver Bakhtin, 1979, em particular os Caps. 8, 9, 10, 11.

representação que o autor se faz de si mesmo. Evidentemente a passagem desse autor e desse leitor implícito no próprio texto para o autor e o leitor reais, historicamente identificados, deverá passar por mediações de outra ordem: sociais, econômicas, políticas, psicológicas etc. Mas em nenhuma hipótese se poderá prescindir das representações que a linguagem institui enquanto tal, isto é, enquanto mediação da identidade relativa dessas máscaras que simultaneamente se ajustam e simultaneamente fingem percorrer, em convivência, o universo factual da narrativa. Não sendo assim, é sempre possível identificar positivamente o autor e o leitor como indivíduos que têm uma biografia, nasceram em tal data, morreram em tal outra, vieram de uma família rica, verão a decadência, era um pequeno burguês que escrevia para os semelhantes etc. É possível. Mas este conjunto de predicados não darão de um e de outro senão uma identificação semântica e historicizante. Jamais pragmática ou ideológica, no sentido em que empreguei antes estas designações.

Não creio que seja muito diferente o que se passa, deste ponto de vista, com a linguagem oral, utilizada nas interações do dia-a-dia. Aqui, como na linguagem escrita e, em particular, na literatura, este jogo de esconde-esconde é fundamental. Não basta falar em enunciação, em falante e ouvinte, para que se alcance a complexidade das significações dos atos de fala. O problema é que sobre a identidade biológica, psicológica, individual, enfim, dessas categorias da enunciação, sobrepõe-se um jogo de representações, em que aquele que fala assume o papel do destinador, e, como tal, no momento mesmo em que fala, investe o ouvinte do papel de destinatário. Esta atribuição de papéis, não é pelo ato de fala que se pratica, requer uma reflexão que não pode limitar-se apenas às questões de competência lingüística do falante, já que não se trata tanto de saber como os indivíduos falam significativamente sobre o mundo, mas como se representam uns aos outros no processo de interação verbal, processo que, senão exclusivamente, se põe também como mediador e filtro de sua visão do mundo.

Dentro dessa perspectiva de análise da linguagem não há franjas psicologizantes. Por isso eu dizia que o conceito de intenção é aqui entendido apenas como um conceito semântico ou hermenêutico. Mesmo a questão de saber se quem fala o faz "seriamente", no momento em que fala, ou se tem a investidura necessária para fazer o que faz etc. talvez possa, da mesma forma que a chamada intenção do falante (num sentido psicológico), ser considerada com menor importância do que a ela se tem atribuído.

Na verdade, o que se requer é apenas a admissão de que, por exemplo, quando dou uma ordem a alguém, num enunciado do tipo *Feche a porta*, o papel que assumo, neste e por este enunciado, seja o do destinador que podia dar a ordem, como de fato a deu. Aquele a quem a ordem é dirigida e que o destinador representa como o destinatário de seu ato de

fala também não existe, linguisticamente falando, senão como virtualidade do próprio discurso. Existir uma porta, a porta estar aberta são condições semânticas de emprego do enunciado, mas que se não forem satisfeitas, nem por isso impedem que a ordem se realize no momento em que digo este enunciado e deste modo se institua uma relação de autoridade que, por sua vez, se constitui no fundamento material das representações específicas que neste e por este ato de linguagem caracterizam o destinador e o destinatário. Certamente, não é o enunciado que obrigará o meu ouvinte real a comportar-se desta ou daquela maneira. Enquanto indivíduo, não é o fato de dizer *Eu prometo*, numa determinada circunstância, que me compromete com a promessa. Quem se obriga, quem se compromete o faz sempre como um *eu* à intenção de um *outro*, isto é, como pessoa, *persona*, ou máscara constituída pelo jogo de linguagem que o próprio ato de prometer estabeleceu.<sup>7</sup> Assim também, quem se obriga a cumprir uma ordem que dou é alguém que a própria ordem se representa — o destinatário —, cuja máscara ou investidura o ouvinte poderá sempre recusar. Esta recusa em assumir o papel que, contido na fala do locutor, lhe é atribuído, pode desorientar o discurso, desviá-lo de sua trajetória inicial, fazer com que seja abandonado dos futuros que propunha, ou ainda que o seu desenvolvimento não possa ser, a partir da recusa, senão polêmico, ao menos até que novos papéis sejam acordados entre os interlocutores por outros atos de enunciação.

A deontologia da língua está longe de constituir-se no código explícito de um aparelho jurídico capaz de obrigar, pelo simples uso, o indivíduo a comportamentos prescritos em regras ou leis. Se ela o faz é antes de tudo como representação, como jogo. Assim, se de um lado, se evita qualquer possível interpretação behaviorista desta visão da linguagem como forma de comportamento ideológico, do outro, recua-se do extremo oposto, isto é, aquele que vê a língua como um produto acabado, disponível, com as

---

7. O que vai aqui dito tem, em linhas gerais, o mesmo sentido da observação de Robert Ezra Park (1950, pp. 249/250), quando diz: "Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra *pessoa*, em sua acepção primeira, queira dizer "máscara". Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos.

(...) Em certo sentido, e à medida que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos — o papel que nos esforçamos por chegar a viver — esta máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final, a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduo, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas." (Citado por Erving Goffman (1975, p. 27)).

condições de significação já estabelecidas e no qual o lugar do indivíduo é apenas o do usuário que, de acordo com as necessidades ou desejos, vai ao supermercado dos signos abster-se de provisões.

De modo geral, o que estou propondo é que se distingam no interior da enunciação três diferentes níveis de participação do sujeito. Um primeiro nível em que se poderia falar de um *eu* e um *tu* gramaticais ou locucionários, para usar a terminologia de Austin (1962) e no qual se identificaria a capacidade ou a competência dos indivíduos para produzirem e reconhecerem frases em dada língua; um segundo nível, a que se poderia chamar semântico, no qual se dariam as condições de referência efetiva aos indivíduos designados por *eu* e *tu* no ato de enunciação; o terceiro nível, entretanto, seria aquele que viria não depois dos anteriores mas que se situaria entre eles. Neste nível é que se articulariam o *eu* e o *tu* representados no ato de fala e por ele passaria necessariamente o processo de auto-referência característico de toda ocorrência do pronome de primeira pessoa, ou, mais amplamente, contido em todo ato de enunciação efetivamente realizado. Deste modo, a passagem do nível gramatical ou locucionário para o semântico teria sempre a mediação deste terceiro nível. O *eu* não designaria apenas o indivíduo que fala no momento em que emite uma frase e o *tu*, da mesma forma, não designaria apenas aquele que a ouve. O fato de falar me identifica, evidentemente, como quem fala. Mas as línguas, os homens as falam. E isto é tão genericamente verdadeiro que não vale a pena discutir. A questão é saber como eu falo. A pergunta pelo modo, neste caso, é também a pergunta sobre como eu me represento, e ao outro, no ato de linguagem que pratico. Aqui a identificação dos interlocutores é sempre relativa: *eu* e *tu* integram dinamicamente a identidade de um e de outro, de tal modo que a referência positiva aos indivíduos do mundo tenha de levar em conta os predicados desta representação. A este nível eu gostaria de reservar o nome de pragmático ou ideológico. Teríamos assim um *eu* e em *tu* locucionários, um *eu* e em *tu* semânticos e, a mediar a relação entre eles, um *eu/tu* ilocucionários (ou mesmo perlocucionários).

A constância da dramatização de caracteres nas trocas lingüísticas é algo que me leva a pensar a linguagem como um processo de interação. Não, entretanto, um processo que se desenvolvesse como simples resultado da ação de dois indivíduos que, postos frente a frente, tomassem do instrumento comum disponível e dessem concretude às intenções de informar-se mutuamente. A informação pode até resultar, mas terá, sem dúvida, passado antes pelo jogo de intenções argumentativas que caracteriza a relação dos atores no pequeno ato que entre eles se desenrola e que ao desenrolar-se lhes constitui a identidade com que mutuamente se representam para atingir seus fins. Talvez, agora, se diga que estou torcendo as palavras já que nego, de um lado, a natureza instrumental da linguagem para, em seguida, recuperá-la na noção de

identidade instrumental dos participantes de um ato verbal. Mas é preciso dizer que se a linguagem aqui é meio, os meios são seu próprio fim. E dizer isso não é dizer outra coisa diferente de quando afirmo que a linguagem é um jogo. O ato de linguagem tem, assim, um duplo sentido: o da ação que se pratica quando se produz um enunciado e o da representação dramática que estabelece as próprias condições para o desenvolvimento desta ação. Ato de falar e ato de representar, a um só tempo.<sup>8</sup>

Os exemplos em que o falante aparece claramente como um destinador cujas características se moldam na própria representação que, no ato de linguagem realizado, ele se faz do seu destinatário não são poucos.

Cito alguns, tomados emprestados ao Diário de Rosa Attié Figueira. Em todos, trata-se sempre de diálogos entre a própria Rosa e sua filha, Anamaria, sujeito de sua pesquisa sobre aquisição da linguagem e datam de quando a menina tinha pouco mais de três anos.<sup>9</sup>

1. Anamaria, falando para si mesma, perto de sua mãe:

A.: *Aquele (vestido) é quando que é ir na colinha, né? Agora não vai tirar não.*

2. Anamaria vem do quarto da mãe e diz:

A.: *Mãe, eu num fez(i) nada no seu quarto.*

M.: — Sinal que fez alguma coisa. Pode dizer.

A.: (tentando desviar a atenção do objeto em que mexera): *Eu mexi naquele branco.* (Tinha mexido no baton).

3. A.: *Ô mãe, eu não possi ir no Danilo, não?*

M.: O Danilo tá jogando bola.

A.: *Cé qué eu vou ou fico aqui em casa. Fico aqui em casa, né?*

4. A criança aproxima-se da mãe que está estudando e diz:

A.: *Onde eu tava, mãe? Eu tava lavando a mão.* (Tinha feito bagunça no banheiro).

5. Anamaria dirige-se à mãe que não queria que ela tirasse o paletó:

---

8. Várias pesquisas, em diferentes áreas da lingüística, parecem hoje orientar-se no sentido geral destas reflexões. Por exemplo, para uma concepção dos jogos de representações como constitutivos do processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem na criança, ver De Lemos, 1978.

9. Agradeço a enorme gentileza de Rosa Attié Figueira, minha colega no Departamento de Lingüística da Unicamp, por ter não só me permitido o acesso a seu material de trabalho, como também por ter selecionado os exemplos que aí vão.

A.: *Tirei a blusa do pijama, mãe.*

M.: (desapontada): *Ah!*

A.: *Depois eu fico tã pirrando, né? Não é, "fico tã pirrando, é resfriada", né?*

Sem me estender na análise detalhada destes diálogos, chamo, contudo, a atenção para o fato de que, em cada um deles, há sempre enunciados da criança (os que estão grifados) que contêm um discurso citado da mãe, mesmo que este discurso não tenha sido efetivamente produzido pelo destinatário real. São discursos de um destinatário representado (discursos referidos) que, no entanto, orientam o próprio comportamento lingüístico de Anamaria, no sentido em que eles, na relação com o seu discurso (discurso que refere) constituem os papéis que ela representa, enquanto destinatador. E não é preciso muito esforço para perceber que é neste jogo de máscaras que se reproduzem as condições sociais da interação mãe/filha.

Outro exemplo, tirado agora de um fenômeno lingüístico bastante amplo e comum. Trata-se da negação, em particular, da negação gramatical que ocorre em frases encadeadas a outras frases pela conjunção adversativa *mas*, como nos enunciados:

*Pedro não é inteligente, mas aplicado.*

*Pedro não é inteligente, mas é aplicado.*

Muitos teóricos da linguagem desde Ockham na Idade Média até Strawson, Ducrot e Searle, mais recentemente referem-se à possibilidade de um enunciado do tipo sujeito-predicado ser falso ou quando o sujeito não designa nenhum ser, ou quando o predicado não se aplica ao ser designado pelo sujeito. Estas duas condições, ambas suficientes para provocar a falsidade de um enunciado, levam conseqüentemente a distinguir dois tipos de negação ou duas diferentes funções preenchidas pela negação. Ducrot (1977, p. 46 e segs.) fala de uma função descritiva da negação (negação da conveniência do predicado ao objeto referido pelo sujeito) e de uma função metalingüística da negação (no caso em que a falsidade do enunciado decorre da ausência de referência da expressão sujeito), enquanto Searle (1969, p. 159) refere-se à possibilidade de distinguir uma negação "externa" e uma negação "interna".

Sem pretender discutir aqui o acerto ou desacerto dessas distinções<sup>10</sup>.

---

10 a) Como se sabe, o problema envolvido nestas discussões todas é o de uma teoria da falsidade. Desnecessário dizer que os textos sobre os quais está centrada a polémica são particularmente os textos de Frege (1892) e de Russel (1905).

b) Quando, no decorrer de minha exposição, passo a falar da negação metalingüística ou polémica como um ato de refutação e uma vez feita no meu texto alusão a distinção entre negação externa e negação interna que aparece em Searle, corre, evidentemente, por minha conta e risco à assimilação que aí vai

quero, no entanto observar que a função metalingüística da negação, apontada por Ducrot, tem o caráter de uma refutação cujo objeto é uma afirmação anterior, afirmação esta cuja formulação pode não ter sido feita explicitamente pelo destinatário a quem a refutação se dirige, mas que lhe é de qualquer modo, emprestada pelo enunciador no momento mesmo em que este a contesta no enunciado negativo que produz.

Ducrot, comparando os enunciados

*Não há uma nuvem no céu.*

*Esta parede não é branca.*

diz que o segundo enunciado é, em geral, empregado para manifestar a oposição do enunciador à uma afirmação anterior *Esta parede é branca*. É esta afirmação que, embora não tendo sido formulada explicitamente pelo destinatário, lhe é atribuída pelo enunciador ou destinador, de tal modo que a sua enunciação, a sua realidade lingüística, se dá como pura representação. Neste sentido o destinatário é um destinatário representado e da aceitação ou não deste papel que é atribuído ao destinatário real no é pelo enunciado negativo dependerá a forma de desenvolvimento do diálogo entre os indivíduos que dele participam.

Suponhamos, para continuar usando a descrição feita por Ducrot, que o enunciado, *Esta parede não é branca*, tivesse sido endereçado ao pintor que deveria ter pintado a parede de branco e que, como resposta, ele dissesse:

*Mas eu não disse isto!*

Esta resposta é interessante à medida que o pronome demonstrativo que aí aparece aponta direta e explicitamente para o discurso implícito contido na fala do enunciador mas atribuído ao destinatário. Um dêitico ou um anafórico? Nem um, nem outro. Os dois ao mesmo tempo, já que remete à situação de discurso, mas onde esta situação é ela mesma um segmento lingüístico, um enunciado com que o destinador se representa o destinatário a quem então se dirige. Esta representação, este processo de dramatização ou de atribuição de papéis é que permitirá a ação lingüística de refutação que caracteriza a enunciação de: *Esta parede não é branca*.

Voltemos, agora, aos nossos enunciados com *mas*:

*Pedro não é inteligente, mas aplicado.*

*Pedro não é inteligente, mas é aplicado.*

A diferença entre eles, como já foi apontado por Anscombe & Ducrot (1978) é que, no primeiro caso, tem-se a ocorrência de um *mas* equivalente ao *sino* do espanhol e ao *sondern* do alemão e que os autores chamam *mas<sub>SN</sub>*, enquanto no segundo caso o *mas* é do tipo *mas<sub>PA</sub>* e corresponde ao emprego que caracteriza a conjunção *pero*, em espanhol e a conjunção *aber*, em alemão.

sugerida entre negação externa e o que Searle (1969, p. 32/33) chama de negação ilocucionária.

No que diz respeito à negação, no primeiro enunciado ter-se-ia, segundo os autores, uma negação metalingüística, isto é, uma negação cujo emprego se dá num enunciado sobre outro enunciado; no segundo caso, a negação seria descritiva e deste modo, o enunciado em que se dá a sua ocorrência estaria destinado a falar de coisas e de enunciados. No primeiro caso, a negação refutativa, formando com a conjunção *mas* o morfema descontínuo *não... mas* desta refutação; no segundo, seriam dois morfemas distintos e com funções distintas: o morfema *não* marcaria uma negação e a conjunção *mas* oporia argumentativamente o enunciado que introduz ao primeiro enunciado (*Pedro não é inteligente* seria um argumento para uma certa conclusão *r*, por exemplo, *ele não tem chances de ser aprovado*, enquanto *ele é aplicado* seria argumento para uma conclusão contrária  $\neg r$  = ele tem chances de ser aprovado), de tal modo quem dissesse *Pedro não é inteligente, mas é aplicado*, no contexto ideológico do exame, aqui imaginado, estaria efetivamente argumentando em favor da aprovação de *Pedro*. O enunciado, como um todo, é apresentado como um argumento para  $\neg r$  e é isto que caracteriza fundamentalmente o ato de argumentar que se pratica quando se emprega a conjunção *mas* na sua função *PA*.

Assim, no que diz respeito à negação, dados dois enunciados:

$B \text{ mas}_{SN} A$  e  $B \text{ mas}_{PA}$ ,

a diferença fundamental entre eles é que *B* antes de *mas<sub>PA</sub>* não é jamais o objeto de uma negação gramatical, enquanto *B*, no caso de *mas<sub>SN</sub>*, constitui necessariamente o objeto de uma negação gramatical:

*Pedro é inteligente mas<sub>PA</sub> é aplicado.*

*Pedro não é inteligente, mas<sub>SN</sub> aplicado.*

Entretanto, isto não significa que a frase que precede *mas<sub>PA</sub>* não pode conter um morfema negativo. O exemplo que aqui vem sendo utilizando mostra bem o contrário:

*Pedro não é inteligente, mas<sub>PA</sub> é aplicado: ele será aprovado.*

É neste ponto que a análise de Anscombe & Ducrot (1978) dirá que o morfema negativo que precede o *mas<sub>SN</sub>* tem função metalingüística e o que precede o *mas<sub>PA</sub>*, função descritiva.

Talvez não seja totalmente falso explicar o valor dessas duas ocorrências da negação gramatical nesses termos. Parece-me, no entanto, que ainda assim sobram alguns aspectos dessas ocorrências a serem explicados. Esta explicação, segundo creio, só será satisfatória se



levamos em conta os diferentes processos de representação do outro, do destinatário, envolvidos na utilização que o enunciador ou destinador faz da conjunção *mas*, na função *SN* ou na função *PA*. Diríamos, então, que no caso do *mas<sub>PA</sub>*, o morfema negativo é interno ao termo *B* e não tem nenhuma relação com o movimento argumentativo de negação, de oposição marcado por *mas*. Com *mas<sub>SN</sub>* a negação gramatical é externa, isto é, incide sobre *B* e exprime, assim, o movimento argumentativo de negação implicado pelos *mas*. Até aqui, como se pode notar pela oposição de uma negação interna a uma negação externa, para usar a distinção apontada por Searle a que me referi anteriormente, estamos no domínio do descritivo versus metalingüístico ou polêmico. O que não está ainda explicitado é que a negação gramatical que pode preceder *mas<sub>PA</sub>* pertence não ao discurso do falante mas ao discurso relatado do ouvinte ao qual o falante se opõe. É neste movimento de oposição, que caracteriza o emprego de *mas<sub>PA</sub>*, que o ouvinte ganhará o *status* lingüístico argumentativo de uma representação — a do destinatário que disse ou teria dito *não-B* (= *Pedro não é inteligente*). Esta representação, por sua vez, permitirá ao falante representar-se como o enunciador, o destinador que a ele se opõe, depois de um momento de acordo estratégico, instrumental ou de concessão: *Pedro não é inteligente, (de acordo, concedo), mas é aplicado*. Deste modo, a negação gramatical que pode ocorrer antes de *mas<sub>PA</sub>* não tem como autor original o falante, mas o ouvinte, cuja fala está representada na duplicidade de vozes que caracteriza a enunciação efetiva desta entidade complexa que é o sujeito da enunciação, misto de destinador e destinatário. Portanto, uma das condições para que a negação gramatical possa ocorrer no contexto de *mas<sub>PA</sub>* é que o destinatário tenha dito *não-B* ou seja representado como se o tivesse feito. Por outro lado, o *eu* da enunciação de um enunciado com *mas<sub>PA</sub>* é ele mesmo uma representação, uma categoria cuja identidade não é de forma alguma positiva, já que depende necessariamente da representação do outro para que o seu papel se complete na finalidade a que se propõe, isto é, argumentar contra as conclusões que poderiam ser tiradas das opiniões do destinatário, ainda que estas não lhe fossem atribuídas senão como um papel necessário para fundamentar o desempenho do próprio enunciador. No caso do *mas<sub>SN</sub>*, a negação gramatical que sempre o precede marca ao mesmo tempo que este morfema, a oposição do falante ao discurso que ele relata. Neste caso, o *não* pertence ao sujeito da enunciação e caracteriza a sua atitude de recusa ou de refutação relativamente à afirmação *B* que o destinatário produziu ou que lhe é atribuída pelo enunciador de *não-B*, *mas<sub>SN</sub>A*<sup>11</sup>.

11. Cf., neste sentido, O. Ducrot & Carlos Vogt (1978, p. 11 e segs.) onde a negação gramatical é descrita como a recusa pelo enunciador de um discurso

Como ocorre com o *mas*<sub>PA</sub>, o emprego do *mas*<sub>SN</sub> depende de um discurso real ou virtual do destinatário com o qual o enunciador, num caso, finge estrategicamente concordar e ao qual, no outro caso, se opõe diretamente.

Assim, as duas funções do *mas* têm como condição comum a representação do discurso do outro no discurso de quem dirá *mas*, e, como traço específico, o modo desta representação em cada um dos casos. Com o *mas*<sub>SN</sub>, o discurso do outro é citado como objeto de uma recusa imediata por parte de quem o cita; com o *mas*<sub>PA</sub>, ele é citado como objeto de um acordo instrumental que será desfeito logo em seguida, uma vez atingida a finalidade do enunciado que é a de argumentar contra as conclusões que poderiam ser tiradas do discurso do destinatário.

À medida que, empregando o *mas* na sua função *SN*, o falante refuta diretamente a opinião de seu interlocutor para corrigi-lo sem mais delongas, poder-se-ia dizer que, assim utilizada, a conjunção *mas* fornece como que um fundamento lingüístico para a ideologia autoritária. Com o *mas*<sub>PA</sub>, como o falante concede primeiramente certo reconhecimento à argumentação do ouvinte para, em seguida, opor-se a ele e argumentar contra a sua opinião, ter-se-ia no emprego da conjunção *mas* o fundamento lingüístico de um outro tipo de comportamento ideológico ou pragmático que poderia ser caracterizado como liberal.

Por outro lado, se as condições de emprego da conjunção *mas*, quer na função *SN*, quer na função *PA* envolvem a necessidade de o discurso do enunciador reproduzir o discurso de destinatário e se nada obriga a que o destinatário tenha de fato dito o que o enunciador lhe atribui, embora também nada o impeça, é que a natureza deste jogo lingüístico instituído

---

atribuído ao destinatário e onde se observa em particular (p. 12) o seguinte:

“Parmi les faits linguistiques qui suggèrent le plus cette description de la négation grammaticale comme rejet d'un discours prêté à l'autre, nous citerons simplement les propriétés assez paradoxales au premier abord de l'expression *au contraire*. Dans un discours suivi X, *au contraire* Y, il est nécessaire que X soit négatif et s'analyse comme *non-X'* (Ex.: *Il ne cédera pas, au contraire il durcira ses positions*). En revanche, *Au contraire* y peut très bien être utilisé dans le dialogue comme réplique à un énoncé affirmatif X' d' un interlocuteur effectif (*Il cédera — Au contraire, il durcira ses positions*). Si l'on veut rendre compte de ces observations tout en ayant une description unique pour *au contraire*, il faut admettre que cette expression marque, fondamentalement, l'opposition à l'interlocuteur; lorsqu'elle vient, dans un discours, suivi, après l'énoncé négatif *non — X'*, c'est parce que cet énoncé rapporte un discours virtuel X' auquel le locuteur s'oppose doublement: par le *non* et par le *au contraire*.”

pela conjunção *mas* é fundamentalmente dramática, teatral. Jogo de representações em que a atribuição de papéis obedece a diferentes formas de interação lingüística e de relação social entre os interlocutores: autoritária com *mas*<sub>SN</sub>, liberal com *mas*<sub>PA</sub>. Em termos mais simples, as duas funções do *mas* constituem dois modos de dizer *não*. E é nisto que me parece residir o seu caráter pragmático e ideológico.

Ao discurso do outro, que pode não ser mais do que representação do falante *mas* que deve, de qualquer forma, ser citado na sua fala para que a significação do *mas* se complete, proponho chamá-lo segundo um conceito apresentado por Berta Waldman a propósito de um expediente narrativo por ela identificado na obra do contista Dalton Trevisan, discurso direto livre. O que o diferenciaria das outras formas de relatar o discurso do outro e, em particular, do discurso direto é que, em primeiro lugar, a sua ocorrência não se daria jamais em contextos propriamente narrativos onde a fala do outro é a fala de um terceiro, *mas* em contextos dialógicos em que o outro é sempre o interlocutor, o *tu* relativamente ao qual se instaura na língua a subjetividade do falante, este *eu* discursivo cuja identidade depende a cada momento das representações que ele atribui ao ouvinte e que este lhe devolve como destinatário e enunciador na aceitação ou recusa dos papéis que lhe são destinados. Em segundo lugar, se é o destinatário quem fala no interior do discurso do enunciador a representação de seu discurso, embora direta, pois se trata de um diálogo, é livre, já que ele fala sem falar. Deste modo, o diálogo se reproduz no interior de si mesmo e estabelece numa mesma e única enunciação a tensão de vozes que caracteriza fundamentalmente o jogo argumentativo da linguagem.

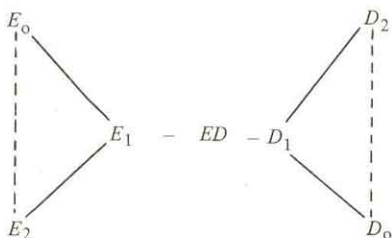
### III. A linguagem como ação dramática.

As noções de destinatário representado e, correlativamente, de enunciador ou destinador que se representa nos levam, como foi dito anteriormente, a reconhecer na atividade lingüística, além das categorias locucionárias falante/ouvinte e das identidades semânticas ou referências enunciator/destinatário que lhes correspondem, personagens discursivas intermediárias cuja identidade é de natureza um pouco mais complexa e cuja constituição se faz pela atribuição dos papéis que os atos de linguagem estabelecem no processo de interação verbal. É no nível pragmático que estes papéis adquirem sua força dramática e enquanto categoria pragmática o enunciado longe de ter uma identidade positiva mostra-se como uma superposição de máscaras que representam a duplicação do rosto do personagem e a tensão que se esconde atrás da aparente unidade do enunciador produzido pelo falante. Talvez que a imagem mais adequada para sugerir a duplicidade do sujeito pragmático da enunciação, que é ao mesmo tempo enunciador e destinatário, já que a sua fala só se representa como representação de seu duplo, seja a das

máscaras que, num certo tipo de representação teatral, colocadas atrás da cabeça dos atores, dobram a identidade dos personagens. A cada movimento cênico, a cada volta de seus corpos afirmam a realidade do outro que as constitui. Estar atrás, neste sentido, é esconder, mas é também sustentar.

Se chamarmos  $E_0$  e  $D_0$  os personagens locucionários ou gramaticais da enunciação e que correspondem, *grosso modo*, ao falante e ao ouvinte, se chamarmos  $E_2$  e  $D_2$  às categorias semânticas que lhes correspondem e permitem a sua identificação positiva no mundo, se, enfim, chamarmos  $E_1$  e  $D_1$  o destinador que se representa em relação ao destinatário representado, diremos que a passagem das categorias locucionárias para as categorias semânticas é sempre mediada pelo sistema de representações pragmáticas que caracteriza o nível  $E_1 - D_1$ . E que, além disso, o destinador bem como o destinatário são, neste nível, entidades postas uma diante da outra de modo especular. As suas imagens se reproduzem, potencialmente, ao infinito e o limite real de sua reprodução é dado, a cada momento da história pelo social.

Uma forma de esquematizar a relação e os papéis destes diferentes níveis de identidade dos personagens do discurso, poderia ser:



As linhas pontilhadas indicam as passagens diretas do nível gramatical ou locucionário para o nível semântico da enunciação. Poderiam representar as tendências mais tradicionais no tratamento do problema. As linhas contínuas procuram representar a relação enunciado-mundo como necessariamente mediada pelas representações pragmáticas dos interlocutores.

Quando digo que o social estabelece os limites da região ideológica em que se reproduzem e combinam as imagens do enunciador e do destinatário pretendo simplesmente dizer que as significações que assim

se produzem têm o limite das convenções sociais que as autoriza. Parece-me bastante óbvio que falar do *mas* como fundamento lingüístico de comportamentos autoritários ou liberais só faz sentido enquanto (ainda que sejam séculos) estes comportamentos estiverem inscritos na ideologia de uma sociedade. Se as relações sociais de mando deixarem um dia de existir, o modo imperativo não terá certamente uso ou, pelo menos, será empregado de forma diversa para caracterizar uma atividade que estabelecerá entre os interlocutores um tipo de relação que dificilmente poderá continuar a ser chamada de comando, de ordem, de autoridade etc.

Tirar o chapéu foi durante muito tempo nas sociedades ocidentais uma forma convencional e cerimoniosa de cumprimento. Não que os chapéus tenham desaparecido e que as pessoas que ainda os usam não possam tirá-los com a intenção de saudar alguém. Mas por que este gesto tem para nós hoje um sabor de antigo e a sua prática nos é cada vez mais estranha?

Provavelmente, — na linha desta antropologia especulativa —, no caso em que desaparecessem socialmente as relações autoritárias e liberais, continuássemos a chamar ordem a uma ordem ou acordo instrumental a um acordo instrumental, da mesma forma que chamamos afronta a um tipo de gesto que caracterizou, por exemplo, certo comportamento social de fundo aristocrático no Século XI. Nós o compreendemos, mas não o praticamos. Já não faz parte de nossa prática social.

Gostaria, por fim, de dizer que este aspecto cerimonial ou ritual da linguagem pode, em casos excepcionais, caracterizar quase que exclusivamente a função de uma língua. Penso no *Cafundó*, comunidade de negros no Estado de São Paulo, constituída de 74 pessoas, descendentes de antigos escravos e que além do português, língua utilizada amplamente nas suas necessidades de comunicação, fala também uma “língua” de origem africana. Na verdade um léxico bantu, Kimbundu predominantemente, de umas 200 palavras mais ou menos, sobre uma estrutura morfo-sintática do português.<sup>12</sup>

Ao que tudo indica, a função desta “língua” é inteiramente ritual, criando para os membros da comunidade um espaço mítico em que eles se percebem como “africanos” e assim são também percebidos pela sociedade branca envolvente. Se etnicamente eles são vistos como pretos e socialmente como peões ou “vagabundos”, a língua lhes dá um expediente ritual de compensação que sobreposto à miséria social, que em

12. A Comunidade do Cafundó situada no município de Salto de Pirapora, Comarca de Sorocaba é um caso singular de sobrevivência ativa de uma “língua” africana no Brasil. O estudo desta comunidade tem sido feito pelos professores Peter Fry, antropólogo, Maurizio Gnerre, lingüista e por mim, todos da Unicamp.

geral caracteriza a história do negro no Brasil, renova uma identidade cultural para sempre perdida, porque historicamente vilipendiada. A língua, neste caso, teria, socialmente, o mesmo papel que outras manifestações rituais da cultura e tradição africanas no país, como os candomblés, os congos etc.<sup>13</sup>

A singularidade do Cafundó dever-se-ia, assim, não apenas ao fato de que esta língua tenha sobrevivido em meio às ruínas que o capitalismo acumulou no seu desenvolvimento no Brasil, mas também a este caráter extremo de representação ritual, a que estaria ligada a própria razão de sua sobrevivência.

Falar cafundó é ser "africano" ou, ao menos, reconhecer quem o fala como tal. Aqui o ato de fala é único. O modo de enunciar na língua é um só. Falar é representar-se "africano".

É evidente que este é um caso extremo. Mas creio que sua polaridade não é mais do que a exacerbação social de uma virtualidade das línguas naturais. Aquela que se apresenta quando se considera a linguagem humana como uma atividade. Uma atividade cuja característica fundamental é o aspecto dramático de sua constituição. Neste sentido, dizer que a linguagem é uma forma de ação significa dizer que a forma desta ação é dramática, no sentido em que é sempre ação que se representa.

---

13. Num estudo interessante sobre a relação entre brancos e negros na cidade de Goiás, Carlos R. Brandão distingue três diferentes formas de manifestação da identidade dos negros: nas representações do trabalhador negro como peões, nas representações étnicas, como pretos e nas representações rituais, como Congos. É mais ou menos na linha destas distinções que proponho entender esta "língua africana" com um papel basicamente ritual na comunidade do Cafundó. Ver Carlos R. Brandão: Peões, Pretos e Congos - Trabalho e Identidade Étnica em Goiás, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

## BIBLIOGRAFIA

- Assis, Machado de. "Esaú e Jacó". *Obra Completa*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1962, Vol. I, pp. 943-1091
- Bakhtin, M. (Voloshinov, V.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- Benveniste, R. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- Bosi, A. "Uma Figura Machadiana". *Almanaque*, n.º 8. São Paulo: Brasiliense, 1978, pp. 45-51.
- De Lemos, C.T.G. "Jogos Demonstrativos da Estrutura de Eventos no Período Pré-Linguístico: Seu Estatuto como Pré-Requisito do Desenvolvimento da Linguagem". A ser publicado em *Conferências – 3º Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC, 1978.
- Ducrot, O. "Les échelles argumentatives". *La Preuve et le dire*. Paris: Mame, 1973, Cap. XIII, pp. 225-285.
- \_\_\_\_\_. "Quelques implications linguistiques de la théorie médiévale de la supposition". *History of linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Org. H. Parret. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1976, pp. 189-227.
- \_\_\_\_\_. & Anscombe, J. C. "L'argumentation dans la langue". *Langages*, 42. Paris, 1976, pp. 5-27.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Semântica lingüística – Dizer e não dizer*. Trad. brasileira do original francês de 1972. São Paulo: Cultirx, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Presupposition et allusion*. Mimeografado. 1978.
- \_\_\_\_\_. & Vogt, C. *De magis a mais: une hypothèse sémantique*. Mimeografado. 1978.
- Frege, G. *Sentido e Significado*. Tradução de Luiz H. Lopes dos Santos do original alemão *Sinn und Bedeutung*. Mimeografado. 1892.
- Genette, G. "Frontières du récit". *Communications*, 8. Paris: Seuil, 1966, pp. 152-163.
- Goffman, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- Granger, G. G. *Essai d'une philosophie du style*. Paris: Armand Colin, 1968.
- Morris, C. W. *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Signs, Language and Behavior*. Chicago, 1946.
- Park, R. E. *Race and Culture*. Glencoe: The Free Press, 1950, III.

Peirce, C. S. *Collected Papers*. Cambridge, 1965.

Russel, B. "On Denoting". *Mind* XIV, 1905, pp. 479-493. Tradução brasileira publicada no Vol. XLII da Col. *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1974, pp. 9-20.

Searle, J. R. *Speech Acts*. Cambridge, 1969.

Todorov, T. (org.). *Langages*, 17. Paris, 1970.

Vogt, C. *O Intervalo Semântico – Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática, 1977.